

PARECER

Para	Armando Leite Rollemberg Neto <i>Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás – IFAG</i>
De	Marcos Augusto Perez Daniel Santa Bárbara Esteves Rafael Pereira Fernandes Gabriel Schroeder de Almeida <i>Manesco Advogados</i>
Ref.	Minuta de Apólice sob a Proposta nº 7129386, emitida por Tokio Marine Seguradora em benefício do IFAG, tendo como Tomador Construtora Central do Brasil, a ser apresentada como Garantia de Execução no âmbito do Contrato nº 08/2025 para as obras na Rodovia GO-147

Consulta

O presente **Parecer** consiste em produto apresentado no âmbito da execução do Contrato nº 01/2025, celebrado pelo Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (“IFAG”) e pelo Consórcio de Apoio à Estruturação de Projetos (“CAEP”), do qual a Manesco Advogados é parte, para a prestação de serviços especializados de apoio ao Programa de Gestão de Obras no âmbito do Fundo Estadual de Infraestrutura (“FUNDEINFRA”).

Consulta-nos o IFAG acerca das disposições da minuta de apólice de seguro-garantia emitida pela Tokio Marine Seguradora S/A (“Seguradora”), identificada como Proposta nº 7129386 (“Minuta de Apólice” ou “Apólice”), apresentada por Construtora Central do Brasil S.A. (“CCB”, “Tomador” ou “Contratada”), contratada no âmbito do

Contrato nº 08/2025 (“Contrato”) para elaboração de projetos executivos e execução das obras de pavimentação da Rodovia GO-147.

A Minuta de Apólice apresentada diz respeito a seguro-garantia – modalidade prevista na subcláusula 6.3.2 do Contrato – e foi emitida pela Seguradora após diligências tomadas pelo IFAG para complementar e esclarecer aspectos de apólice emitida anteriormente, sob registro na Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) de nº 061902025890307760020706.

Sendo o IFAG o “Segurado” na relação jurídica que se estabelecerá e obedecendo-se a sistemática pactuada no Contrato, cabe ao Instituto verificar a adequação e aprovar a Apólice nos termos do Contrato, requisitando apoio desta assessoria jurídica do CAEP para tanto.

Assim, em 08/10/2025, esta consultoria emitiu parecer jurídico de análise da Apólice nº 061902025890307760020706, indicando a necessidade de rever as previsões limitadoras da Cobertura Adicional para “Ações Trabalhistas e Previdenciárias”, a fim de atender à cobertura contratual exigida pela subcláusula 6.12.2 do Contrato, e de incluir a cobertura de riscos fundiários, conforme o previsto na subcláusula 6.12.2 do Contrato.

Na sequência, o Contrato nº 08/2025 foi suspenso pelo IFAG, em cumprimento à decisão cautelar do Supremo Tribunal Federal (“STF”) na ADI nº 7.885. Após a emissão do Despacho nº 1784/2025 pela Procuradoria-Geral do Estado (“PGE”) em 22/10/2025, autorizando a retomada do Termo de Colaboração em razão do julgamento de embargos de declaração na ADI nº 7.885, o IFAG determinou a retomada da execução do Contrato, de modo que a CCB deu início a processo de solicitação da emissão de nova apólice.

Considerando o parecer emitido anteriormente por esta consultoria jurídica, a Contratada e a Seguradora colaboraram para esclarecer determinados aspectos da apólice anterior ao IFAG. No dia 14/11/2025, foi realizada reunião com representantes do IFAG, da CCB, da Seguradora, da resseguradora e desta consultoria jurídica, na qual se alinharam entendimentos sobre as coberturas oferecidas pelo seguro-garantia de execução de obra, na modalidade com cláusula de retomada, e a cobertura adicional trabalhista contratada.

Após a reunião, a Contratada encaminhou e-mail da resseguradora, contendo explicações da Seguradora sobre os temas discutidos na reunião de 14/11/2025. O e-

mail foi recebido pelo IFAG e encaminhado a esta consultoria jurídica em 17/11/2025, acompanhado da Minuta de Apólice aqui analisada.

Sendo assim, a Minuta de Apólice será revista considerando as discussões realizadas nas últimas semanas e a evolução dos entendimentos sobre a cobertura de garantia exigida pelo Contrato nº 08/2025 e sobre os eventos passíveis de cobertura na modalidade de seguro-garantia prevista no Contrato. A minuta apresentada é muito semelhante à Apólice nº 061902025890307760020706 anteriormente emitida, de modo que a maioria dos pontos será apenas tangenciada ao longo deste Parecer, que focará nas novas orientações ao IFAG após as diligências adotadas nas últimas semanas.

Esta análise está incluída no escopo do produto “**P5.3 – Relatório de Gestão Contratual**”, cuja atividade se insere na abrangência do assessoramento e consultoria jurídica prevista para os contratos de execução firmados, conforme descrito nos itens 3.14.1.1 e 3.14.2 do Anexo I – Termo de Referência do Contrato nº 01/2025, firmado entre o IFAG e o CAEP.

I. Conformidade da Garantia à Clausula Sexta do Contrato nº 08/2025

a. Condições gerais

Trata-se de apólice de seguro-garantia, modalidade de garantia de execução prevista, ao lado de caução em dinheiro e fiança bancária, pela subcláusula 6.3 do Contrato e prevista no inciso II do § 1º do art. 52 da Portaria nº 05/2025/IFAG. No caso da CCB, a contratação de seguro-garantia é obrigatória, por força da subcláusula 6.1.2 do Contrato, que impõe a utilização da modalidade de garantia descrita nas subcláusulas 6.4 e 6.5, consistente no seguro com cláusula de retomada.

Na utilização da modalidade de seguro-garantia, a apólice deve observar os requisitos postos na subcláusula 6.10: (i) emissão por entidade em funcionamento no Brasil; (ii) figurar o Contratante como Segurado; (iii) cobrir riscos de descumprimento de cláusula contratual; e (iv) ter prazo de acordo com a vigência do Contrato.

Esta análise da regularidade formal foi realizada para a Apólice nº 061902025890307760020706, verificando-se que a Seguradora Tokio Marine Seguradora S.A., CNPJ nº 33.164.021/0001-00, está autorizada a operar no mercado de seguros brasileiro, conforme certidão de licenciamento da SUSEP emitida em 07/10/2025¹. Ademais, a Minuta de Apólice prevê o IFAG como Segurado e a CCB como Tomador, atendendo-se ao exigido em Contrato.

Por sua vez, o prazo da Apólice corresponde aos 24 (vinte e quatro) meses de vigência do Contrato, iniciando-se em 10/09/2025 (data de assinatura do acordo) e encerrando-se em 10/09/2027. Ainda, nos termos da subcláusula 6.1 da Apólice, seu prazo observará o mesmo prazo do Contrato principal, admitindo-se renovação.

Tendo em vista a seleção da Contratada para a execução de obra da Categoria A do Instrumento de Chamamento Público para Credenciamento de Empresas Executoras de Obras - FUNDEINFRA nº 01/2025 ("Chamamento Público nº 01/2025"), e tendo em vista o não atingimento do índice contábil exigido para a categoria pela Contratada, dela é exigido o seguro-garantia com cláusula de retomada, em montante

¹ Certidão emitida em 07/10/2025 no site da SUSEP (<https://www2.susep.gov.br/safe/certidoes/app/certidao/emitir>), com código de autenticação CL-ef954a72-515e-4879-a9e9-9ab5e67b297a.

equivalente a 30% (trinta por cento) do valor contratado, conforme os §§ 2º e 9º da Portaria nº 05/2025/IFAG e a subcláusula 6.1.1 do Contrato. Tal condição é atendida pela Minuta de Apólice emitida na modalidade Retomada de Obras, conforme indicado no Objeto Principal de suas Especificações.

Conforme o parecer emitido em 08/10/2025 por esta consultoria, a subcláusula 6.1.1 do Contrato determina que a Contratada prestará garantia no valor de R\$ 45.537.759,86 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), que equivale a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato. O Limite Máximo de Garantia (LMG) apresentado na Apólice assegura importância que corresponde exatamente ao valor apontado no Contrato nº 08/2025. Esse valor deverá ser alterado por meio de endosso ou emissão da nova apólice sempre que o valor do Contrato for alterado – conforme o procedimento descrito nas subcláusulas 9.2 e 9.3 da Apólice.

b. Cláusula de Retomada

Como ressaltado no tópico “a” acima, o Contrato nº 08/2025 exige a apresentação de garantia na modalidade de seguro-garantia com cláusula de retomada (subcláusulas 6.1.2, 6.4 e 6.5).

A Minuta de Apólice tem conteúdo semelhante ao da Apólice nº 061902025890307760020706, analisada no parecer de 08/10/2025, de modo que se entende que ela pode ser aceita pelo IFAG, como já exposto naquela ocasião.

O seguro prevê a situação de inadimplemento coberta pela garantia (subcláusula 1.8 das Condições da Apólice), as formas de indenização pela Seguradora, seja através do pagamento da integralidade do valor segurado ou da retomada e conclusão da obra (subcláusula 1.9), as previsões acerca do “Contrato de Retomada” a ser firmado em caso de inadimplemento total pelo Tomador (subcláusula 1.3 e Cláusula 12) e os riscos excluídos da cobertura (subcláusula 3.1). Estas exclusões, como afirmado no parecer de 08/10/2025, se justificam em razão da robusta garantia de conclusão da obra oferecida pelo seguro com cláusula de retomada no montante de 30% do valor do Contrato e dos outros mecanismos de proteção ao IFAG previstos no Contrato nº 08/2025 (como o direito de retenção cautelar de créditos

previsto na subcláusula 5.10), além da natureza do seguro-garantia de execução de obra.

Ressalta-se que a negociação da continuidade da execução da obra em novo Contrato de Retomada não tem disciplina específica em lei, regulamento ou no Contrato nº 08/2025. Isso exigirá do IFAG diligência em eventuais tratativas que tiverem de ser travadas com a Seguradora na hipótese de inadimplemento total pela Contratada, inclusive para evitar a configuração de qualquer hipótese de perda da garantia.

Cabe notar, ainda, que a subcláusula 19.3 da Apólice prevê que, havendo divergência entre o conteúdo do Contrato principal e o da Apólice, prevalecerá o conteúdo desta. Isso não afasta, de modo algum, a obrigatoriedade de observar as condições do Contrato nº 08/2025 em eventual Contrato de Retomada a ser negociado, entendendo-se que o IFAG poderá rejeitar condições que entenda excessivamente desvantajosas sem que isso justifique isenção de responsabilidade pela indenização por parte da Seguradora. Ainda assim, essa previsão, no contexto inovador que essa modalidade de seguro inaugura, demanda tratamento cauteloso do esforço de negociação.

Assim, entende-se que a Minuta de Apólice pode ser aceita pelo IFAG no que diz respeito ao seguro com cláusula de retomada de obra.

c. Cobertura de riscos trabalhistas, previdenciários e fundiários e de multas contratuais

(i) *Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias (subcláusula 6.12.2)*

Os riscos relativos a verbas trabalhistas foram contratados por meio de Cobertura Adicional para “Ações Trabalhistas e Previdenciárias”, conforme condição expressa no detalhamento das “Coberturas Contratadas” nas Especificações da Apólice. A importância segurada indicada é de R\$ 7.589.626,64 (sete milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

O valor é regular e atende às exigências da Contratada no âmbito do Contrato nº 08/2025, nos termos da subcláusula 6.1.3. A garantia de 5% do valor do Contrato

vem sendo exigida nas demais empreitadas contratadas pelo IFAG, tendo sido considerada adequada para garantir os débitos trabalhistas e previdenciários.

No parecer emitido em 08/10/2025, apontou-se que a Cobertura Adicional cobriria de modo incompleto os riscos dispostos na subcláusula 6.12.2 do Contrato, em razão das exclusões previstas nos incisos III e IV da subcláusula 2.3 da “Cobertura Adicional – Ações Trabalhistas e Previdenciárias” e no inciso III da subcláusula 8.1.

Entretanto, considerando as explicações fornecidas pela Seguradora e a natureza da modalidade de seguro-garantia de execução de obra, entende-se que a Minuta de Apólice pode ser aceita pelo IFAG nos termos apresentados.

O seguro-garantia voltado à garantia da obrigação principal de conclusão de obra tem por finalidade precípua proteger o segurado contra o eventual inadimplemento total do contrato, fazendo frente a custos de retomada da obra e da realização de nova contratação para sua conclusão.

Assim, a exclusão de lucros cessantes, danos materiais, morais, corporais e estéticos causados ao Segurado, a terceiros ou a empregados reflete a prática do mercado segurador de contemplar esses eventos em outras modalidades de seguro, como risco de engenharia e responsabilidade civil.

Da mesma forma, verbas devidas por força de acidente de trabalho e doença do trabalho são contempladas em seguro de vida, e não cobertos pelo seguro-garantia de execução de obra. A propósito, a CCB apresentou, no e-mail em que encaminhou a Minuta de Apólice ora analisada, a relação de empregados cobertos por seguro de vida em grupo no âmbito do Contrato nº 08/2025, que consiste em cobertura específica para esse tipo de risco.

Por fim, a exclusão de risco de condenações por dano moral ou material e assédio moral ou sexual decorrentes de responsabilidade civil do Tomador (subcláusula 8.1.III) também se justifica por se tratar de eventos de responsabilidade civil perante terceiros, que o mercado segurador não oferece no âmbito de seguro-garantia de execução de obra.

Note-se que a exigência expressa do Contrato nº 08/2025 refere-se à necessidade de cobertura de “*ressarcimento ao CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução*” (subcláusula 6.12.1) e de “*risco de descumprimento de cláusula contratual*” (subcláusula 6.10). Considerando ainda a exigência expressa

unicamente de “seguro-garantia” (subcláusula 6.3.2) ou das alternativas de fiança bancária ou caução em dinheiro, sem fazer menção a seguro de responsabilidade civil ou a outras modalidades de seguro que cubram outras ocorrências que possam refletir em prejuízos ao contratante, entende-se que não há como impor à Contratada a cobertura de eventos que não são oferecidos no âmbito do seguro-garantia de execução de obra.

Por fim, quanto às verbas fundiárias, cuja cobertura é exigida pela subcláusula 6.12.2 do Contrato ao lado das verbas trabalhistas e previdenciárias, nota-se que as contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) são obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, estando abrangidas pela Cobertura Adicional. De fato, a subcláusula 5.2.3 da Cobertura Adicional elenca, dentre os documentos comprobatórios em Comunicação de Sinistro, cópias de guias de recolhimento do FGTS, demonstrando sua inclusão na Minuta de Apólice.

Portanto, entende-se que a Apólice pode ser aceita pelo IFAG no que diz respeito à cobertura de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias.

(ii) Pagamento de multas (subcláusula 6.12.3)

No que tange à cobertura exigida pela subcláusula 6.12.3, observa-se que a Minuta de Apólice é regular. A cobertura do pagamento de multas foi contratada por meio de Cobertura Adicional, conforme se extrai do descritivo das “Coberturas Contratadas” nas Especificações do frontispício da Apólice, bem como do instrumento “Cobertura Adicional - Multas”. Observa-se que sua abrangência está de acordo com a previsão do Contrato, incluindo amparo a multas rescisórias, moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo Segurado. O valor segurado corresponde a 5% do valor do Contrato, atendendo ao exigido na subcláusula 6.1.3 do Contrato.

d. Acionamento da Garantia

A Apólice apresenta procedimento regular de acionamento da garantia, não havendo conflito entre suas disposições e o Contrato ou a Portaria nº 05/2025/IFAG. Nesse sentido, observem-se as disposições acerca da comunicação de expectativa, reclamação, regulação do sinistro e indenização – seja em pagamento em dinheiro ou

acionamento de retomada e conclusão (Cláusulas 11 e 12 da Apólice). O IFAG deve se atentar a essas cláusulas, uma vez que nelas estão previstas a forma de acionamento da Seguradora para o caso de eventual inadimplemento da Contratada. Ressalte-se que, conforme a subcláusula 11.1 da Apólice, cabe ao Segurado – o IFAG – identificar eventual ocorrência de sinistro e proceder com as devidas comunicações à Seguradora para gozar dos benefícios pactuados.

II. Conclusão

A análise consubstanciada neste Parecer indica que a Minuta de Apólice sob a Proposta nº 7129386 emitida pela Tokio Marine Seguradora em benefício do IFAG, tendo como Tomador a Construtora Central do Brasil, a ser apresentada como Garantia de Execução no âmbito do Contrato nº 08/2025 para as obras na Rodovia GO-147, está de acordo com o exigido contratualmente.

Sendo o que nos cabia para o momento, subscrevemo-nos.

São Paulo, 26 de novembro de 2025.